

**RESISTÊNCIAS, IMPERIALISMO E DEPENDÊNCIA NO CAPITALISMO
CONTEMPORÂNEO**

**RESISTENCIAS, IMPERIALISMO Y DEPENDENCIA EN EL CAPITALISMO
CONTEMPORÁNEO**

RESISTANCE, IMPERIALISM AND DEPENDENCE IN CONTEMPORARY CAPITALISM

DOI: <http://doi.org/10.9771/gmed.v14i1.49180>

Néstor Kohan¹

[Tradução: Adriano Nascimento²; Rodrigo Castelo³; Marina Machado Gouvêa⁴]

Na primeira edição de 2022, a comissão montada para organizar o dossiê *Dependência e marxismo: história, teoria e práxis revolucionária* convidou Néstor Kohan, professor da Universidad de Buenos Aires (UBA), para conversarmos sobre a conjuntura contemporânea no mundo e na América Latina e a produção teórico-crítica na região. Na conversa estabelecida por correio eletrônico, Adriano Nascimento, Marina Machado Gouvêa e Rodrigo Castelo levantaram questões sobre o mais recente livro de Kohan, a crise capitalista iniciada em 2008 e que se estende até o presente, a (suposta?) perda de hegemonia estadunidense com as recentes guerras e ascensão da China, a intrincada conjuntura latino-americana na qual temos um árduo embate entre forças reacionárias e progressistas e a retomada da teoria marxista da dependência.

Germinar: recentemente você organizou uma excelente antologia de textos intitulada *Teorías del imperialismo y la dependencia desde el Sur Global* [Buenos Aires: Cienflores; Amauta Insurgente, 2022. 18 autor@s, 387p.]. Como analisa a relação dinâmica entre imperialismo e dependência na dialética do mercado mundial capitalista e, além do mais, a importância do marxismo para a superação do imperialismo e da dependência? **Néstor Kohan:** na sua pergunta, aparecem mencionadas três categorias-chave que remetem a três momentos distintos de elaboração e enriquecimento histórico da teoria crítica marxista: (a) o mercado mundial capitalista, (b) o imperialismo e (c) a dependência.

A primeira categoria (a) constitui o principal objetivo perseguido por Karl Marx nos seus vários planos de investigação para a crítica da economia política (quer fossem 14 ou 19, segundo os especialistas, uma vez que ele os modificou e remontou muitas vezes ao longo dos anos). Marx planejou escrever vários

livros, dos quais *O capital* seria apenas o primeiro. Era um plano tão ambicioso e abarcador, que nunca poderia ser concluído em uma só vida humana, mesmo que se dedicasse inteiramente a esta tarefa. Por isso, entre muitas outras dimensões de sua vida e obra, nos legou um projeto de investigação coletivo para várias gerações futuras. Apesar das muitas variações neste exaustivo e rigoroso plano de trabalho, é indiscutível que o objetivo final era escrever sobre a maior totalidade concreta, a mais abrangente de todas: o mercado mundial capitalista (a unidade de produção, distribuição, troca e consumo, momentos mutuamente articulados que atravessam todas as relações sociais à escala planetária). O mercado mundial capitalista é compreendido por Marx como um conjunto estruturado de relações sociais que se desenvolvem e se deslocam historicamente (por isso nunca o compreendeu como algo “eterno” ou “imutável”: pelo contrário!). Segundo o método dialético, empregado por Marx nesse projeto, o qual ele redigiu muitas vezes *O capital* (apenas a quarta redação do primeiro tomo foi para impressão), o *mercado mundial capitalista* constitui uma *totalidade concreta*, noção de claro cunho hegeliano. Isto é, um conjunto gigantesco constituído por subconjuntos menores, relacionados todos entre si (de modo desigual e assimétrico). Esses conjuntos menores que integram a totalidade concreta maior, se “ordenam” a partir desta totalidade concreta que os integra, lhes outorga seu lugar, seu sentido, suas funções e suas respectivas possibilidades de desenvolvimento. Sem levar em conta essa metodologia dialética utilizada por Marx, se pode transformar o marxismo e sua principal obra, *O capital*, em absolutamente qualquer coisa, segundo as necessidades políticas conjunturais, as modas intelectuais mais efêmeras e os oportunismos mais variados. Por outro lado, se partirmos de sua perspectiva dialética (corrente epistemológica que claramente não está hoje em moda nos círculos acadêmicos universitários), podemos compreender esses subconjuntos menores (cada uma das formações econômico-sociais ou aquilo que, no senso comum, se conhece como as sociedades nacionais) nunca tiverem existência autônoma nem reciprocamente excludentes.

A metodologia dialética de Marx nos fornece pistas fundamentais para compreender a escala em que as suas análises críticas do capitalismo se desenvolvem e ainda o objetivo de *O capital*, tanto científica como politicamente. Em outras palavras, Marx formula este plano de investigação que se estende ao longo de cerca de trinta anos, tentando compreender as regularidades, tendências e contradições do regime capitalista *à escala mundial*, a fim de tentar demonstrar que suas relações sociais fundamentais não são eternas e absolutas, mas relativas a um tempo histórico. Portanto... transitórias e potencialmente modificáveis! Nem o mercado capitalista, nem a produção capitalista, nem as instituições que os defendem e legitimam, fazem parte do “DNA da espécie humana”. Nossa espécie não veio ao mundo (passando da natureza animal ao mundo cultural) com o capitalismo debaixo dos braços. O mercado – enquanto sociabilidade indireta da produção e reprodução da vida – não estará necessariamente conosco desde os tempos mais remotos até à eternidade. Apesar do que geralmente sustentam os manuais universitários de economia, o chamado “fator capital” não é um requisito insubstituível para que uma sociedade seja capaz de produzir e reproduzir as suas formas de vida. No plano teórico, *O capital* de Marx se encarregou de desmontar as principais apologias legitimadoras do empresariado, dos banqueiros e dos latifundiários. No plano mundano e cotidiano, a existência de fábricas e empresas – ocupadas e tomadas pelos seus trabalhadores e trabalhadoras rebeldes –

que operam sem padrões e empresários, prova que “o fator capital” não é indispensável. Há vida para além do capital! E é uma vida melhor.

Estas descobertas fundamentais de Karl Marx, desenvolvidas durante a segunda metade do século XIX, estabelecem *tendências* para toda sociedade governada pela lógica da maximização do lucro e da acumulação capitalista. Mas estas tendências não são reproduzidas em todo lugar exatamente da mesma forma. Já durante a vida de Marx, o autor de *O capital* deixou claro em várias ocasiões (Carta aos *Anales de la patria* [1877], Caderno de notas Kovalevsky [1879], correspondência com Vera Zasulich [1881], etc.) que seria um tremendo erro metodológico extrair de sua teoria uma fórmula falsamente universal, presumidamente válida para todo o tempo e espaço. Isso significaria cair de novo nas velhas metafísicas das filosofias universais da história (geralmente da matriz eurocêntrica). Marx reiterou explicitamente em várias ocasiões esta advertência, tantas vezes ignoradas pelas vertentes ocidentalistas do “marxismo” liberal, que repete frases soltas de *O capital*, justificando na prática a subordinação de algumas sociedades a outras e a exploração de algumas classes sociais por outras. Por exemplo, na edição francesa de *O capital*, quando Marx corrige e reescreve o capítulo sobre acumulação originária (final do primeiro tomo), deixa expressamente claro que a sua exposição adota como base empírica... a Europa Ocidental. Ele não formula uma receita “universal”. Reitero: reafirma-o mais tarde numa carta de 1877 a um jornal russo chamado *Anais da Pátria*⁵. Dois anos depois, em 1879, volta a afirmar no Caderno Kovalevsky⁶ (publicado na íntegra em espanhol na segunda metade de 2018... muito recentemente). E insiste de novo, quase como uma obsessão, em 1881, tanto nos grossos rascunhos como na carta sintética e definitiva que envia à sua interlocutora epistolar, a revolucionária russa Vera Zasulich⁷.

Tomando como referência a insistência metodológica de Marx, Lenin, um de seus discípulos mais radicais e conseqüentes, enfatizou que o sistema mundial capitalista se desenvolve e se expande em extensão e em profundidade através de *múltiplas contradições antagônicas* e em um formato *desigual*. Hipótese importantíssima, inspirada precisamente na dialética marxiana, que será inserida no nervo central de (b) sua teoria do imperialismo, condensada em sua célebre obra *Imperialismo, fase superior do capitalismo*, de 1916. Esta obra não se reduz a um “panfleto popular” (mesmo que Lenin intente outorgar-lhe certa finalidade pedagógica, pois estava dirigida à militância), constitui, na verdade, ao ponto de chegada de uma esmagadora sedimentação de estudos, envolvida no meio de numerosas e diversificadas polêmicas, pelo menos entre 1893 e 1916, ou seja, por mais de duas décadas. Aqueles que pretendem “arquivar” a teoria do imperialismo de Lenin, a reduzindo a cinco características principais que o principal pensador bolchevique expôs com objetivos pedagógicos, deixa escapar, subestima e finalmente terminam desconhecendo que essa teoria é muito mais complexa e rica do que habitualmente se supõe. Tem “marcas próprias da época” que não se pode olvidar (sob o risco de converter a obra e o pensamento de Lenin em um dogma sagrado e metafísico válido para todo tempo e lugar). Mas, ao mesmo tempo, se tivermos paciência de irmos debulhando e examinando a conformação genético-histórica da teoria do imperialismo de Lenin, poderemos notar que algumas das *tendências* que ele estudou, inspirado na metodologia dialética de Marx, se prolongou e inclusive se aprofundou depois da morte de seu autor. Por isso a teoria leninista do imperialismo constitui, ao nosso entender, a plataforma epistemológica e o subsolo comum para a maior parte das teorias que acompanham

as resistências, rebeliões e insurgências do Sul Global, desde a teoria marxista da dependência (TMD, principalmente centrada em *Nuestra América*) até a teoria da acumulação em escala mundial (elaborada sobretudo desde as lutas e resistências em África e Ásia).

Dou um primeiro exemplo a título de ilustração de como Lenin percebeu e descreveu *tendências* que mais tarde se converteram realidades fundantes e centrais do imperialismo contemporâneo. Quando em 1907 Lenin se refere (sem usar exatamente esse termo) ao conceito de exploração redobrada ou superexploração redobrada dos povos coloniais e indígenas pelas burguesias colonialistas metropolitanas, com a cumplicidade e associação (subordinada) das burguesias *criollas* das formações sociais dependentes, está evidentemente a abordar um problema que não está limitado no tempo a 1924, ano em que o principal pensador bolchevique falece. “Algo que já aconteceu e nunca mais apareceu na história?” Nem pensar! A superexploração da força de trabalho e dos povos oprimidos da periferia dependente constitui um fenômeno que tem sido reproduzido de forma ampliada ao longo dos anos e das décadas posteriores, até aos dias de hoje [2022]. Portanto, o que em seu tempo foi uma *tendência potencial* – quando Lenin a abordou, no meio de uma polêmica com a colonialista, supremacista e apologética social-democracia da Segunda Internacional, corrente política e teórica que hoje tem claros herdeiros e herdeiras... –, está a tornar-se uma realidade cada vez mais generalizada, aprofundada e aguda que, para o meu modesto entendimento, não desapareceu no capitalismo mundial do século XXI, muito pelo contrário.

Aporto um segundo exemplo para o mesmo fim. O mesmo acontece com a noção de “dependência”, um subproduto da teoria leninista do imperialismo. Uma noção que Lenin adota a partir de um livro do Dr. Robert Redslob *Países dependientes (Un análisis del concepto de poder gobernante originario)* [Leipzig, 1914, 352 páginas]. Deste autor, Redslob, Lenin incorpora a expressão “países dependentes”, utilizada na fonte original para se referir a países e sociedades sob domínio colonial principalmente britânico que logram alcançar sua posição de supostos “países livres”, mas que na realidade “são países dependentes” [N.K.]. Em relação a esta problemática, Lênin observa e sublinha: “Utilizar para comparar o imperialismo (econômico) e a independência política”. A resenha leninista desta obra pode ser encontrada nos seus *Cadernos sobre o Imperialismo* (dois enormes volumes que, em mais de 800 páginas, reúnem muitos cadernos de estudo e notas de leitura, redigidos entre 1912 e 1916, utilizados como contributo para o seu texto posterior de 1916). No livro original de Robert Redslob consultado e revisto por Lenin, a categoria de “dependência” foi aplicada à Austrália, Canadá e África do Sul. Em contraste, em *Imperialismo, fase superior do capitalismo*, Lenin transfere a utilização desta categoria para a... Argentina, caracterizada como arquétipo de país dependente.

Erudito obsessivo no estudo de *O capital*, grande investigador do imperialismo e da dependência, ao mesmo tempo Lenin incorpora no seu aprofundamento e enriquecimento do marxismo muitas outras fontes de inspiração. Entre outras, devem ser sublinhadas e destacadas as seguintes presenças : (a) a dialética das contradições antagônicas de Hegel, (b) a teoria da guerra como continuação da política por outros meios de Claus von Clausewitz, (c) a “doutrina” do direito das nações à autodeterminação; para não mencionar as suas análises anteriores desenvolvidas (d) em suas polêmicas com o (neoharmonista) “marxismo legal” e (e) nos seus debates com o populismo tardio já aburguesado (que era muito diferente da fase “heroica” do populismo revolucionário inicial com o qual Marx correspondia durante a década de 1870 e início da década

de 1880); e mesmo (f) os seus estudos sobre o papel da expansão do capitalismo nas periferias e zonas coloniais, já presentes no seu trabalho, sempre citados mas raramente estudados: *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*; (g) as suas polémicas com Karl Kautsky, Otto Bauer, Rudolf Hilferding, Rosa Luxemburgo, etc.

Recorrer a essa esmagadora variedade de leituras, polémicas, debates e elaborações permite-nos dar conta de uma teoria leninista do imperialismo muito mais complexa, diversificada e completa do que a versão vulgar e ultra simplista que lhe é normalmente atribuída, tanto pelos seus adeptos e partidários como – principalmente – pelos polemistas e impugnadores que nunca a perdoaram pela sua radicalidade política.

Nem todos (uma vez que a obra que compilamos reúne posições polémicas), mas a grande maioria dos autores e autoras cujas intervenções estão reunidas no livro *Teorías del imperialismo y la dependencia desde el Sur Global* (2022), concordam que a teoria da dependência marxista (TMD) teve e tem a virtude de ter conseguido identificar esse núcleo metodológico central na dialética do mercado mundial capitalista de Karl Marx e essa componente crítica, sumamente radical e abertamente disruptiva na teoria do imperialismo, sistematizando em um complexo e sumamente coerente *corpus* científico, teórico e político, aquelas hipóteses e linhas de tendência que se tornaram uma realidade esmagadora nas últimas décadas do século XX e nas primeiras décadas do século XXI. A dependência (c), então, não é um fenómeno ultrapassado e fora de moda, mas uma realidade renovada, complexificada e reproduzida de forma ampliada nos nossos dias.

Face às correntes “globalistas” e “desterritorializadas”, que se difundiram em não poucas universidades, postulando para o século XXI um ilusório capitalismo mundial plano, horizontal, homogêneo, carente de assimetrias e de dominações, articulado presumidamente a partir de simples diferenças quantitativas em desenvolvimento e produtividade técnica entre as diversas formações sociais, cancelando por decreto toda possibilidade de futuras guerras imperialistas (pensemos em *Império*, o promovido *best seller* de Hardt & Negri, para não falar em outros apologetas do capitalismo desterritorializado como os anglo-saxões Bill Warren, Nigel Harris, John Weeks, Elizabeth Dore, etc.); a teoria marxista da dependência (TMD), síntese magistral das principais descobertas e investigações anticolonialistas de Karl Marx e da perspectiva anti-imperialista radical de Lenin, constitui um insumo imprescindível e uma fonte de inspiração para continuar desenvolvendo aquele programa tão ambicioso (e inconcluso) de investigação que Marx nos legou.

Nem as vertentes (neo)liberais da socialdemocracia, nem o ventilador monocórdico das metafísicas “post” (pós-modernismo, pós-marxismo, pós-estruturalismo, estudos pós-coloniais, etc.), e muito menos nenhum dos lugares comuns da enferrujada economia neoclássica podem proporcionar uma alternativa realista e viável frente ao marxismo revolucionário. Nem no plano da teoria crítica nem tampouco no terreno dos projetos políticos e sociais. Quer esteja ou não “na moda” na academia, o marxismo radical, de Marx a Ruy Mauro Marini, passando por Lenin e toda a família revolucionária inspirada por eles, permanece, em nossa opinião, “o horizonte intransponível do nosso tempo”, se me é permitido usar uma expressão famosa usada nos livros de um badalado pensador de outras épocas.

Germinal: Como você caracteriza a atual crise capitalista mundial e especificamente sua relação com a polêmica sobre a perda de hegemonia por parte dos EUA e as guerras mais recentes (Líbia, Síria, Afeganistão, Ucrânia)?

Néstor Kohan: Entender a crise para além da superficialidade dos relatos de mídia, dos lugares-comuns dos gurus das grandes empresas capitalistas e dos axiomas dogmáticos do FMI e do Banco Mundial, exige resgatar uma vez mais a metodologia dialética. Incomode a quem incomodar. E se os apologistas principais do capitalismo contemporâneo não a estudaram... isso é um problema deles, não nosso. A ignorância não é salvo-conduto.

Na segunda parte de sua *Ciência da Lógica*, Hegel retoma a lógica formal de Aristóteles e seu princípio de identidade. Descobre ali, contrariamente ao senso comum, que dentro da própria identidade se aninha a diferença. Esta, por sua vez, se desdobra em uma oposição e uma contraditoriedade até se converter em uma contradição antagônica. No entanto, a contradição antagônica (“proibida” na lógica clássica de Aristóteles, a ponto de que o pensador grego lhe tenha outorgado patente e *status*, formulando seu famoso “princípio de não contradição”) não é externa, ao contrário, está no próprio coração da realidade. E então? Como segue a exposição dialética de Hegel? Pois bem, na sequência imediata, Hegel volta ao “fundamento”.

Em *O capital*, Marx recupera esse mesmo caminho, desde o início de seus manuscritos, mas conclui de maneira distinta. Na identidade da mercadoria se aninha a diferença (entre valor de uso e valor). No decorrer da história se instalam distintas formas de valor, que de início confrontam mercadorias simplesmente diferentes entre si, intercambiadas pelo escambo. Mas, no transcurso da história social e com a posterior generalização da divisão social do trabalho, o intercâmbio multiplicado ao infinito e o predomínio do trabalho abstrato, essas primeiras diferenças se transformam em contrariedades e oposições, até chegar à forma social do equivalente geral. O dinheiro ocupa no *Capital* a forma equivalente, espelho “objetivo” no qual se reflete todo o universo das demais mercadorias. É a forma valor mais desenvolvida. Essa primeira aparição “objetiva” do dinheiro, contudo, inverte-se no capitalismo, transformando-se exatamente em seu contrário, quando o equivalente-geral deixa de ser “o objeto” no qual as demais mercadorias se refletem, para se transformar no *sujeito* que rege despoticamente toda a sociedade, sob a forma de capital que emprega força de trabalho, destrói sistematicamente a natureza, subsume todas as relações sociais prévias (inclusive as mais arcaicas, como o patriarcado), etc. O capital, como relação social de produção, é uma *substância em processo* (segundo a notória expressão com a qual Hegel define o sujeito). Por isso mesmo, é *sujeito*. No regime capitalista, generalizado em escala mundial, o capital está atravessado por uma *multiplicidade de contradições antagônicas*. E aqui encontramos matizes distintos entre Marx e Hegel, ambos integrantes da tradição dialética. Se, na *Ciência da Lógica*, Hegel passava da contradição antagônica ao fundamento, no *Capital*, Marx nos explica que o capital, na qualidade de relação social antagônica, está constituído e atravessado por múltiplas contradições. Contradições estas que em um determinado período histórico já não podem ser contidas na estabilidade relativa de sua unidade e, portanto, “explodem”, abrindo uma *época de crise multidimensional*.

Esta é nossa época [2022]. Precisamente, a época de um sistema capitalista que opera *em escala mundial* e está atravessado por múltiplas contradições, simultâneas embora diferentes; por isso a atual *crise capitalista* é provavelmente a mais aguda de toda a história. Muito pior que as crises de 1929, 1973 e 2008.

Como já afirmaram vários pensadores marxistas (desde o inglês John Smith ao chileno Orlando Caputo Leiva, entre muitíssimos outros), a crise capitalista atual não é apenas financeira. Seria uma visão excessivamente simplista e completamente anistórica acreditar e supor que a crise contemporânea seja o enfrentamento, em um polo, de um “capitalismo mau” (o “globalista”, hegemônico pelos bancos e pelas finanças internacionais) com, no polo oposto, um “capitalismo bom” (o industrial e produtivo, supostamente centrado nos mercados internos). O sistema capitalista mundial não funciona assim. Não existe um “capitalismo mau”, nem um “capitalismo bom”. O sistema capitalista mundial contemporâneo está atravessado por múltiplas contradições antagônicas que potencializam e multiplicam sua crise multidimensional, que arrasta tanto a produção e suas cadeias globais de valor quanto o mundo financeiro.

A dialética marxista nos permite abordar muitas contradições ao mesmo tempo. Uma capacidade que falta a todos os derivados das metafísicas “pós”, assim como à economia convencional em suas distintas formulações.

Uma vez que não existe apenas uma contradição (capital *versus* força de trabalho, disputa exclusiva entre lucros e salários), mas sim múltiplas contradições que confluem, o marxismo revolucionário permite articular e conectar, em um horizonte convergente, diversas lutas, protestos e demandas, como aquelas dos feminismos vermelhos, dos ambientalistas anticapitalistas, da recuperação das cosmovisões dos povos originários contra o etnocentrismo europeu-ocidental, etc.). O projeto socialista e comunista não divide ou fragmenta, como o fizeram, durante 40 anos, o pós-modernismo e sua descendência. Pelo contrário, une e articula essas múltiplas demandas dentro de um horizonte comum: a luta contra o capitalismo e o imperialismo *em escala mundial*.

Neste contexto internacional e mundial de crise multidimensional, o *hegemon* do complexo industrial-militar estadunidense, dominante desde a segunda guerra mundial até agora há pouco, vai perdendo o lugar central, nos âmbitos econômico, produtivo, geopolítico, tecnológico e militar. Por isso, torna-se mais agressivo que nunca, ameaçando de novo com a guerra nuclear total, que destruiria a civilização humana no planeta. O imperialismo estadunidense, carregando seus irmãos menores e seus sobrinhos submissos da Comunidade Europeia, tentou deslocar as grandes cadeias do valor desde o Norte para o Sul Global, buscando como sempre maximizar lucros, com sua sede insaciável por mão de obra mais barata e pela superexploração da força de trabalho dos povos dependentes do Sul Global. Como esse mecanismo desacelerou – mas não impediu – a contínua agudização de sua crise sistêmica, o imperialismo estadunidense aumenta sua aposta genocida na guerra e no militarismo. Não devido a uma suposta “força”, mas devido à agudização de sua crise e à perda do lugar central que ocupou por décadas no sistema mundial – tanto no plano econômico quanto no geopolítico.

As guerras mais recentes, às quais a pergunta se refere (Líbia, Síria, Afeganistão, Ucrânia, às quais eu agregaria a agressão permanente de Israel contra a Palestina, o papel de gendarme latino-americano assumido pela Colômbia, etc.), inscrevem-se neste panorama e neste horizonte de *crise capitalista multidimensional*. O imperialismo euro-ocidental implementou, nas primeiras décadas do século XXI, novas guerras de conquista que revivem processos neocoloniais (que as vertentes liberais e escandalosamente eurocêntricas do “marxismo” davam mortas e esquecidas). Não é casual que, no campo das ideologias e das

formações políticas, esta crescente agressividade do imperialismo euro-ocidental seja acompanhada pelo ressurgimento de formas políticas neofascistas e neonazistas que, até alguns anos atrás, faziam parte de velhos documentários em branco e preto. Começamos a observar o ocaso e a fase crepuscular do imperialismo, deixando aberta a possibilidade de um mundo multipolar. No futuro, não podemos descartar novas guerras e tampouco revoluções. Já é hora de aposentar as apologias liberais e ocidentalistas da “globalização” capitalista, salpicadas com duas ou três citações soltas, descontextualizadas e desfiadas de Marx. Hoje, mais que nunca, tornou-se evidente que o imperialismo nunca desapareceu, exceto nos *papers* acadêmicos e nos ensaios superficiais de três ou quatro gurus pós-modernos cujos livros já não servem nem para uma venda de livros usados com desconto.

Neste contexto, podemos observar uma aceleração vertiginosa em cada uma dessas guerras. Desde a primeira guerra e invasão norte-americana no Iraque em diante, passando pela “guerra infinita” (declarada oficialmente pelo Pentágono depois de setembro de 2001), a destruição e desmembramento planejado da Iugoslávia, os bombardeios da Otan em distintos países da África, a sucessão ininterrupta de “golpes brandos” e “guerras híbridas” na América Latina até chegar a atual guerra na Ucrânia, todas têm sido expressão da aguda crise capitalista e da forma selvagem pela qual sobrevive e se reproduz o complexo industrial-militar do imperialismo ocidental.

Em relação à especificidade da atual guerra da Ucrânia, esta não começou no ano de 2022, mas em 2014 com um golpe de Estado patrocinado, desde o exterior, pelos Estados Unidos e a Otan e implementado internamente por forças neofascistas que nomearam “herói nacional” um laiaio subalterno de Adolf Hitler, Stepan Bandera, patético colaboracionista do genocídio nazista. Os batalhões neonazistas ucranianos que tiram fotos celebrando retratos de Hitler ou mostram seus membros com enormes tatuagens de suásticas são difíceis de “embelezar” ou de maquiar. Não adianta fazer malabarismos puramente retóricos com uma e outra frase solta e desgastada dos clássicos marxistas, numa tentativa de desculpar e justificar a Otan e os Estados Unidos, como fizeram os grupos liberais grosseiramente eurocêntricos, usando o jargão marxista para se legitimarem.

Reduzir esta guerra à simpatia ou antipatia a um indivíduo chamado Vladimir Putin (caracterizemos como quiser) é voltar no tempo e retroceder à época do liberalismo mais tosco. Há mais de um século que os marxistas clássicos discutiram sobre “o papel do indivíduo na história”. Construir um “monstro” sobre a figura de Putin (reproduzindo todos os lugares-comuns da velha doutrina do “despotismo oriental”, tão difundida por Karl August Wittfogel na era macartista em plena Guerra Fria), pode ser compreensível para um programa de notícias pago pela embaixada estadunidense de qualquer país ocidental, mas reproduzir estes clichês no campo marxista são um vergonhoso embaraço e uma capitulação ideológica em todos os sentidos.

Como se pode explicar esta guerra recorrendo a características individuais de uma pessoa? Os supostos “marxistas” que atuam dessa forma são liberais disfarçados para o Carnaval. Colocam uma capa vermelha e uma barba postiça e acreditam que, deste modo, se parecem a Marx. É possível, por acaso, explicar a Segunda Guerra Mundial porque Hitler, como indivíduo, foi um pintor fracassado? Pode-se compreender, por acaso, as agressões dos Estados Unidos contra a revolução cubana (e sua derrota

acachapante em *Playa Girón*) pelo *affair* amoroso de Kennedy com Marilyn Monroe? Essas pseudo-explicações que focam em um indivíduo – seja ele quem for – não se sustentam nem no ensino médio e, evidentemente, não tem nem cheiro de marxismo. Constituem uma escandalosa fraude intelectual.

Germinal: como você analisa o recente ascenso reacionário em *Nuestra América*?

Néstor Kohan: se hoje aparecem no horizonte novas direitas, deveriam surgir novas esquerdas, mais audaciosas, menos tímidas, menos pusilânimes. A luta de classes jamais é linear, e tampouco pode ser explicada somente em escala nacional. Alguns analistas pensavam que os projetos rebeldes e emancipatórios estavam mortos e enterrados após a derrota sandinista em 1990 e a assinatura da paz em El Salvador por volta da mesma época. Não obstante, logo depois surgiu a rebelião contra o neoliberalismo da velha social-democracia venezuelana, liderada por Hugo Chávez, que, no processo, iniciou o projeto bolivariano. Ele o fez em paralelo com a insurgência colombiana, igualmente bolivariana. Em menos de dois anos, também apareceu a insurgência zapatista. Enquanto isso, aqueles que previram o declínio da revolução cubana ficaram a ver navios mais uma vez. O que parecia morto estava renascendo do túmulo. A partir daí, apesar da assinatura dos acordos de paz na Guatemala, houve um ressurgimento de movimentos anti-imperialistas. Acredito que o processo bolivariano na Venezuela deu um novo impulso aos Fóruns Sociais mundiais e depois das “guerras” da água e do gás na Bolívia, a Alca, projetada pelo imperialismo norte-americano, ficou contida. A partir de então, uma palavra “proibida” voltou à agenda dos movimentos sociais: socialismo.

Recordo Hugo Chávez em Caracas fazendo a convocação para a retomada da luta pelo socialismo. O seu chamamento ficou inconcluso, mas conseguiu varrer o neomacartismo e reintroduzir palavras de ordem anti-imperialistas, perdendo o medo (instalado desde 1990) do socialismo e da bandeira vermelha. Chávez convocou para “o socialismo do século XXI”. Até hoje não ficou claro se se tratava de um projeto baseado na planificação socialista, no mercado socialista, na autogestão socialista ou qualquer outra alternativa em questão. Pelo menos, em pleno século XXI, retomou-se nas condições latino-americanas o debate bolchevique da década de 1920 e o cubano da década de 1960 sobre diversas vias para ir além do capitalismo e gestação de uma nova sociedade. Essa discussão ficou inconclusa com a morte (assassinato?) de Chávez. O imperialismo norte-americano reavivou sua velha doutrina contrainsurgente, combinando-a com “golpes brandos” e o *lanfare*, até chegar ao golpe de Estado “clássico” em novembro de 2019 na Bolívia. No processo, apareceu uma personagem como Bolsonaro, rodeado de militares reacionários, o que proporcionou um novo impulso às extremas-direitas continentais. Com Bolsonaro, o narcoestado colombiano já não estava mais sozinho na sua cruzada pró-Estados Unidos. Mas nenhum desses processos conseguiu se consolidar definitivamente. Creio que devemos ter uma mente aberta. O futuro de *Nuestra América* continua indeterminado. Dependerá de que os movimentos populares não se deixem enamorar pelos cantos de sereia e a maçã envenenada da social-democracia carcomida, que invariavelmente conduz ao fracasso de todo projeto emancipador.

Germinal: qual é o significado das vitórias progressistas ou da esquerda em países como México, Argentina, Chile, Bolívia, Peru, com seus distintos limites e possibilidades? Qual é a sua opinião a respeito de uma possível vitória de Lula no Brasil?

Néstor Kohan: em todos os países mencionados, emergiram forças com sensibilidade progressista salutar, mas que não conseguiram (se é que por acaso se colocaram a tentar) desvencilhar-se do imaginário social-democrata que tanto dano nos causou. Este é um processo que não avança, é golpeado, retrocede e cai derrotado. Para além das especificidades políticas, culturais e sociais de cada país, o que define a tendência, em termos gerais, é a vocação de deixar para trás os regimes neoliberais repressivos. Entretanto, sem ser pessimista, não vejo em nenhum destes países a decisão política de avançar em um processo de mudanças radicais e estruturais. Para ir mais adiante daquilo que já conhecemos, necessariamente tem que haver um confronto (interno e externo). Não se pode ser amigo de todo mundo. Sem confrontar o imperialismo – em sua fase crepuscular – e as classes dominantes locais que lhe dá sustentação, é impossível caminhar para uma sociedade mais justa. A longo ou curto prazos, a lógica do mercado capitalista impõe-se contra toda sensibilidade progressista. Por isso considero que é impostergável debater a social-democracia – com nome e sobrenome – como um beco sem saída, se pretendemos que a extrema-direita (neoliberal em economia, neofascista na política) não volte a se impor em escala continental. O grande desafio de Lula não é somente ganhar as eleições, nas quais é favorito, mas sim retornar as suas origens de classe. Quando Lula foi presidente, muitas vezes se comportou como estadista, isto é, como um representante oficial do Brasil. Isto não lhe ajudou em nada, pelo contrário. Terminou preso. Eu não sou ninguém para dar conselho, mas me parece que se deve fazer um balanço para não bater a cara duas vezes na mesma parede. Lula é quem ele é principalmente porque se forjou na luta contra a ditadura e a partir de uma perspectiva classista. Quando deixou de lado essa origem, o que o tornou tão querido e popular, não se saiu bem.

Germinal: a partir das suas análises, quais são as principais potencialidades da atual retomada da teoria marxista da dependência em *Nuestra América*?

Néstor Kohan: Em uma escala continental, a teoria marxista da dependência tem uma trajetória desigual. Em alguns países está desacreditada porque está associada a uma antiga doutrina desenvolvimentista e nacionalista burguesa, ela própria marcada por concessões metodológicas ao funcionalismo estrutural. Em geral, a expressão “teoria da dependência” é, em várias academias, até homologada com dois sobrenomes: Cardoso e Faletto. Neste ponto, é claro que eles estavam em minoria dentro desta escola de pensamento social e, além disso, sua ligação com o marxismo está longe de ser um fato da realidade. Muito pelo contrário.

Por outro lado, em outros países ficou muito claro que o representante mais radical desta corrente foi Ruy Mauro Marini (junto com seu amigo Theotônio dos Santos e amiga Vânia Bambirra e seus discípulos chilenos, como Orlando Caputo). Uma nova geração estendeu e enriqueceu esta constelação intelectual nos últimos anos com uma encorpada produção teórico-científica e renovados debates e polêmicas. Esta tem sido uma grande contribuição, sem dúvidas.

Todavia, creio que a principal limitação reside que a referida escola de pensamento está circunscrita ao interior do mundo universitário. Se a TMD permanece somente como objeto de estudo acadêmico, suas capacidades serão notoriamente frustradas. Mas se esta tradição de pensamento marxista conseguir articular-se com movimentos sociais e novas insurgências populares, acredito que tem um potencial ainda inexplorado. Pois o seu arsenal teórico e político é tremendamente superior a qualquer outro paradigma em tela (incluindo desde a família pós-moderna, a economia neoclássica e até o neokeynesianismo). A teoria marxista da dependência fornece ao movimento popular latino-americano um rumo estratégico fundamental: o anti-imperialismo e o anticapitalismo. Creio que, nesta direção, os Fóruns Sociais Mundiais, assim como o já mencionado e inconcluso “socialismo do século XXI”, poderiam ganhar novo fôlego. À reboque da social-democracia, reviveremos novos fracassos e frustrações. Por outro lado, na perspectiva anti-imperialista e anticapitalista, haverá possibilidades de reconstruir o sonho sempre em suspensão da Pátria Grande para deixarmos de ser, de uma vez por todas, o triste quintal do imperialismo ao qual somos submetidos há muito tempo.

Notas

¹ Professor da Universidad de Buenos Aires (UBA) e pesquisador do Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas e do Instituto de Estudios de América Latina y el Caribe (Iealc/UBA). Autor de diversos livros, dentre os quais destacamos *Fetichismo y poder en el pensamiento de Karl Marx* (Biblos, 2013), *Simón Bolívar y nuestra independencia*. Una lectura latinoamericana (Yulca, 2013) e *Gramsci em quadros* (Veneta, 2019). E-mail: teoriasocial.na@gmail.com.

² Doutor em Ciência Política/Unicamp. Professor da Universidade Federal de Alagoas (Ufal). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3600345785062191>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1378-951X>. E-mail: adriano.nascimento@corregedoria.ufal.br.

³ Doutor em Serviço Social/UFRJ. Professor da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) e pesquisador do Grupo de trabalho (GT) sobre teoria marxista da dependência da Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP). Membro do comitê editorial da revista **Germinar**: marxismo e educação em debate. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9080597950497381>. Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-8927-1055>. E-mail: rodrigo.castelo@gmail.com.

⁴ Doutora em Economia política internacional/UFRJ. Professora da Escola de Serviço Social da UFRJ. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6495751035479793>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0938-3971>. E-mail: marinagouvea@gmail.com.

⁵ [N.E.] Отечественные записки, geralmente traduzido como *Anais da Pátria*, ou *Notas Patrióticas*, foi um jornal russo, editado desde São Petersburgo, que circulou mensalmente de 1818 à 1884. Nas páginas do periódico eram constantes as publicações de artigos da lavra de Mikhail Bakunin, Ivan Turgenev, Fyodor Dostoyevsky, entre outros importantes nomes da intelectualidade russa do século XIX.

⁶ [N.E.] Os Cadernos Kovalevsky ou Cadernos Etnológicos se referem às glosas, ou “fichamentos”, escritas por Marx a partir de quatro obras: *The origin of civilization*, 1870, de John Lubbock; *Lectures on the early history of institutions*, de Henry Sumner Maine, 1875; *The Aryan village in India and Ceylon*, 1880, de John Budd Phear; e, por fim, *Ancient Society*, 1877, de Lewis Henry Morgan. Alguns/mas marxistas consideram que tais cadernos foram fundamentais para Engels escrever *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, chegando a afirmar que esta obra poderia ser atribuída como de autoria de ambos.

⁷ [N.E.] A revista *Germinar* publicou em seu v.11, n.1, de 2019, artigo de Marizete Andrade da Silva e Hormindo Pereira de Souza Júnior, intitulado *A preservação das comunas camponesas russas e a construção do socialismo*, no qual analisam tanto os diversos rascunhos da carta de Marx como a epístola definitiva enviada à revolucionária russa.

Recebido em: 30 de abr. 2022

Aprovada em: 30 de abr. 2022